

## Deputados de SP vão investigar ‘transição de gênero’, ‘epidemia de crack’ e outros três temas

---

*Alesp determinou a criação de cinco CPIs, propostas por parlamentares da base de Tarcísio de Freitas*

Por Victot Ohana

A Assembleia Legislativa de São Paulo publicou no Diário Oficial, na sexta-feira 14, a determinação de criação de cinco Comissões Parlamentares de Inquérito, as CPIs, que funcionarão nesta legislatura, aberta em 15 de março.

As apurações tratarão sobre cinco temas:

1. As falhas de operação da Enel, distribuidora de energia de São Paulo. O requerimento é do deputado Thiago Auricchio (PL);
2. Os golpes no Pix que envolvem subtrações de valores em transações bancárias e clonagens de cartões. A solicitação é do deputado Itamar Borges (MDB);
3. Os supostos procedimentos de “transição de gênero” em crianças e adolescentes no Hospital das Clínicas, a pedido do deputado Gil Diniz (PL), o “Carteiro Reaça”;
4. As medidas de prevenção em áreas de deslizamento de encostas, por sugestão da deputada Fabiana Barroso (PL);
5. E o consumo e a venda de drogas no estado, o que o deputado Paulo Corrêa (PSD) chama de “epidemia de *crack*”.

As CPIs instauradas foram as cinco primeiras solicitadas pelos deputados no fim de março. Os pedidos foram protocolados em ordem de chegada, a partir de uma fila que se formou dias antes do recebimento das solicitações. A oposição diz que houve manobra dos deputados que apoiam o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), porque apenas parlamentares de sua base conseguiram ter seus pedidos de CPI aceitos.

Para a bancada do PT, a CPI sobre “transição de gênero” é a que mais representa os interesses do bolsonarismo. A posição é de que o assunto deveria ser discutido no campo da ciência, e não em uma investigação parlamentar.

Os procedimentos são adotados em um hospital da Universidade de São Paulo, com foco no atendimento psicológico de crianças e adolescentes que demonstram sinais de disforia de gênero, nome dado à insatisfação persistente por sentir-se na condição de ter nascido com características biológicas distintas de sua identidade.

A equipe do hospital universitário é formada por um psiquiatra coordenador, uma assistente social, dois psiquiatras e oito psicólogos que trabalham de forma voluntária. Os profissionais estão agrupados no Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, departamento criado em 2010.

Os trabalhos obedecem às normas do Conselho Federal de Medicina, que estipulam a idade mínima de 16 anos para terapia hormonal e de 18 anos para procedimentos de cirurgia de redesignação sexual.

As CPIs na Alesp têm o prazo de 180 dias para a conclusão de trabalhos que envolvem a requisição de documentos, a intimação de depoimentos e a realização de diligências. Em seguida, o relatório da CPI pode ser encaminhado a órgãos de Justiça. São nove membros titulares e igual número de suplentes.

Conforme mostrou **CartaCapital**, a oposição tenta articular a possibilidade de instaurar uma sexta CPI. Em tese, a Alesp só pode ter cinco CPIs funcionando simultaneamente, mas uma brecha no regimento prevê uma exceção.

A reportagem apurou que os opositoristas listaram seis pedidos de CPI que podem ocupar a vaga. Quatro requerimentos são do PT, e dois, do PSOL. Apenas um, porém, tem o número suficiente de assinaturas: o que trata do tiroteio em Paraisópolis, que deixou um morto, durante visita de Tarcísio em campanha eleitoral.

<https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-de-sp-vao-investigar-transicao-de-genero-epidemia-de-crack-e-outros-tres-temas/amp/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site Carta Capital